



SIMULADO II

2ª FASE

XXXIII

Exame da OAB

DIREITO ADMINISTRATIVO

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXIII Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXXIII Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Igor Maciel

O Ministério da Saúde publicou edital assinado pelo próprio Ministro para provimento de vinte vagas para o cargo de Auditor da Saúde, tendo o concurso prazo de validade de 120 (cento e vinte) dias.

Passados sessenta dias da publicação do edital e publicada a lista dos aprovados, o Ministro responsável assinou portaria de homologação do resultado do concurso e que contou com 80 (oitenta) aprovados.

Cerca de 10 (dez) dias antes do término do prazo de validade do concurso, o Ministro anunciara na imprensa que não iria renovar o prazo de validade do concurso, sendo certo que até aquela data absolutamente nenhum candidato havia sido nomeado.

James, candidato aprovado em 22º lugar, procura você para propor medida judicial apta a resguardar seus direitos, demonstrando que:

- i. Os candidatos Mário e Francisco (3º e 7º colocados, respectivamente) expressamente renunciaram à sua vaga no concurso;
- ii. Existe plena necessidade do órgão na contratação de 20 (vinte) novos servidores;
- iii. Há disponibilidade financeira para a contratação;
- iv. O Ministério da Saúde tem contratado empresas terceirizadas para desempenharem exatamente o papel dos cargos em que há concursados;
- v. James fez um pedido expresso para sua nomeação e teve a resposta de que ele possuía mera expectativa de direito ao cargo a que fora aprovado, sendo certo que o próprio Ministro assinou o ato negando a sua nomeação;

Considerando que James apresentara toda a prova documental apta a demonstrar suas alegações, maneje a medida judicial cabível que, em tese, seja a mais célere para garantir os direitos de seu cliente. [5,00 pontos]

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

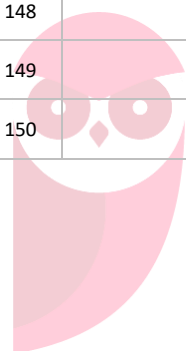
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	

42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	

73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	

104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	

135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



Estratégia
OAB

QUESTÃO 1

Após regular procedimento licitatório, a Empresa Y assinou contrato com o Município X para prestar o serviço de limpeza urbana. Passados alguns meses da execução regular do contrato administrativo, constatou-se a inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução da avença.

Com base nesses fatos, responda as questões a seguir.

- A) Os encargos trabalhistas e comerciais serão transferidos automaticamente ao Município X? [0,60]
- B) Se o Município X identificar uma nulidade no procedimento licitatório poderá o ente público revogar o contrato? [0,65]

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	

23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 2

Em determinado órgão da administração pública federal iniciou-se de ofício um processo administrativo que afeta os interesses de Francine. Douglas, servidor público do referido órgão, atua como julgador no processo administrativo que transcorre contra Francine e está litigando judicialmente com o cônjuge dela.

Diante dessa situação hipotética, responda aos itens a seguir.

- a) De acordo com a Lei que regula o processo administrativo no âmbito federal, o processo poderia ter iniciado de ofício? [0,60]
- b) É legítima a participação de Douglas no processo administrativo mesmo que ele esteja litigando judicialmente com o cônjuge de Francine? [0,65]

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 3

Em 2018, a sociedade empresária Muralha S/A, em decorrência de escândalo que envolvia pagamento de propina e fraudes em licitações, foi penalizada em diversos processos administrativos. Após os trâmites previstos na Lei nº 12.846/13, diante do reconhecimento de haver praticado atos lesivos à Administração Pública, ela foi penalizada com a aplicação de multa e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de quatro anos.

Em meados de 2019 a referida sociedade empresária foi transformada na sociedade empresária Construir S.A, com os mesmos sócios e dirigentes, mesmo patrimônio, igual endereço e idêntico objeto social.

Diante dessa situação hipotética, responda aos itens a seguir.

- a) Caso apresente toda a documentação necessária, a sociedade empresária Construir S.A estará apta a participar de procedimentos licitatórios novos? [0,60]
- b) A penalização da sociedade empresária Muralha S/A impede a responsabilização individual de seus dirigentes? [0,65]

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 4

Antônio foi aprovado em concurso público promovido pela União para determinado cargo público de nível técnico. Ocorre que Antônio possuía uma vasta experiência da época que trabalhava na iniciativa privada.

Em razão disso, ele decidiu que não deveria cumprir os comandos determinados por agentes superiores na estrutura administrativa, porque ele as considerava contrárias ao princípio da eficiência, apesar de serem ordens legais.

Diante dessa situação hipotética, responda aos itens a seguir.

A) Considerando que Antônio fora empossado no cargo público há 24 meses, ele é considerado estável? [0,60]

B) Considerando a vasta experiência de Antônio no cargo técnico que ocupa, ele estará sujeito a obedecer seus superiores hierárquicos? [0,65]

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Assinatura OAB: até a aprovação
<http://bit.ly/Assinatura-OAB>